



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social
Brasil

Freiberger Testoni, Raquel Jaqueline; Filgueiras Tonelli, Maria Juracy
PERMANÊNCIAS E RUPTURAS: SENTIDOS DE GÊNERO EM MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA
Psicologia & Sociedade, vol. 18, núm. 1, enero-abril, 2006, pp. 40-48
Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326332006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

PERMANÊNCIAS E RUPTURAS: SENTIDOS DE GÊNERO EM MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA

Raquel Jaqueline Freiburger Testoni

Maria Juracy Filgueiras Tonelli

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO: Este artigo resultou de um estudo realizado com três mulheres chefes de família, moradoras de um bairro popular em uma cidade catarinense. Ao investigar de que forma constroem-se os sentidos de gênero na trajetória de vida destas mulheres, procurou-se refletir como estes sentidos posicionam os sujeitos na trama das relações sociais e de gênero. Considerando a construção histórica, social e cultural do gênero, pode-se questionar a naturalização da ligação entre sexo e gênero – tão freqüente na psicologia – e a conseqüente regulação na constituição das subjetividades femininas e masculinas dela proveniente. Os resultados apontam a existência de permanências, como a forte presença da moral sexual e do grande valor atribuído por elas à maternidade. Revelam, no entanto, alternativas de exercer pequenas rupturas neste padrão ao criarem, a partir da apropriação de outros saberes e outras significações pelas próprias experiências, um novo patamar de expectativas e possibilidades em suas vidas.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; mulheres chefes de família; trajetórias de vida.

PERMANENCIES AND RUPTURES: GENDER MEANINGS IN FEMALE FAMILY HEADS

ABSTRACT: This article is the result of a study accomplished with three female heads of family living in a popular neighborhood in a town of the Brazilian state of Santa Catarina. When investigating how gender meanings are constructed in the life trajectory of those women, we sought to reflect how those meanings locate the subjects in the plot of social and gender relations. Considering the historical, social and cultural construction of gender, the naturalization of the linking between sex and gender – so frequent in psychology – and the resulting regulation in the constitution of female and male subjectivities deriving from it can be questioned. The results point to the existence of permanencies such as the strong presence of sexual moral and the high value attributed by them to motherhood. They reveal, however, alternatives for carrying out small ruptures in that pattern when creating, from the appropriation of other knowledges and other significations for their own experiences, a new platform of expectations and possibilities in their lives.

KEYWORDS: gender; female family heads; trajectories of life.

Este artigo é parte de dissertação de mestrado que buscou investigar quais os sentidos de gênero atribuídos por mulheres chefes de família, moradoras de um bairro popular, às suas trajetórias de vida. A inserção do gênero como categoria de análise¹ norteadora do trabalho de pesquisa, especialmente na pesquisa em psicologia, instiga um “despir-se” de resquícios naturalizantes construídos historicamente sobre o que é ser homem e o que é ser mulher. Além disso, torna-se extremamente útil porque possibilita uma análise mais complexa acerca dos sujeitos e da constituição da subjetividade, enfatizando a importância do caráter relacional pressuposto no próprio conceito, bem como dos seus aspectos social, cultural e histórico. Utilizou-se como recorte de pesquisa o estudo com três mulheres chefes de família de camadas populares,² reconhecendo que esta forma de organização – chefias femininas – não é privilégio ou invenção da modernidade (Fonseca, 1995), mas tem se mostrado como um fenômeno crescente na contemporaneidade. Berquó (2002), ao realizar a análise do perfil demográfico das chefias femininas no Brasil, revela que essas crescem no país, como comprovam os dados mais recentes de 1998 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geo-

grafia e Estatística: “De 13,0% em 1970, passaram a representar 26,0% em 1999, demonstrando que nos últimos trinta anos praticamente dobrou a intensidade deste fenômeno” (Berquó, 2002, p.245). “Chefia feminina” possui vários significados,³ mas o que importou para este estudo foram mulheres chefes de famílias separadas ou viúvas, com filho, tendo ou não parentes e/ou agregados em casa, morando no mesmo domicílio. As categorias de gênero e chefias femininas em famílias populares serviram como viés de análise, sendo apresentadas primeiramente no corpo deste artigo, através de um olhar multidisciplinar, com suportes teóricos provenientes principalmente da psicologia, antropologia e história. Em seguida, são abordados o método e os resultados obtidos.

O conceito de Gênero e a pesquisa em psicologia

A utilização do conceito de gênero surge com o objetivo de enfatizar o aspecto relacional da construção de feminilidades e masculinidades, rejeitando o determinismo biológico implícito em termos como “diferença sexual” e “sexo”, pois nenhuma compreensão sobre homens e mulheres pode

ser alcançada por um estudo separado, definindo-os apenas em termos recíprocos (Scott, 1990). O gênero, enquanto categoria, comporta hierarquia, ou seja, elucida a assimetria como uma constante estrutural na montagem das relações entre os gêneros nas sociedades contemporâneas. A existência de dois sexos na natureza não impede que o sexo possa ser uma categoria historicamente datada, assim como não implica uma característica substantiva universal, mas informa uma estrutura subjacente à organização das relações de gênero que mantém um pendor assimétrico (Heilborn, 1998a).

Segundo Nogueira (2001b), “desde o início do século XX que se assiste, na psicologia, a afirmação das diferenças sexuais para sustentar a inferioridade feminina, limitando a sua esfera de ação, restringindo a sua autonomia e liberdade de movimentos” (Nogueira, 2001b, p. 114). Para esta autora, são os estudos de gênero – os quais desnudam a regulação da constituição das subjetividades por relações assimétricas de poder – que permitirão questionar a naturalização da ligação entre sexo e gênero tão frequente na psicologia, visto que a definição de papéis sociais⁴ e sexuais pautava-se, até então, na dualidade de papéis masculinos/femininos. Portanto, homens e mulheres se aprisionam em um padrão de normalidade, sem questionar justamente a construção social, histórica e cultural deste padrão. Não se trata, entretanto, de negar a diferença entre homens e mulheres. Como afirma Amâncio (2001), a assimetria nas relações de gênero existe de forma simbólica, justamente para remeter ao plano ideológico que é o princípio regulador dos significados de gênero. Ao conceber a diferença como algo que se situa “dentro” dos sujeitos, a ciência constrói e mantém de forma poderosa a narrativa de que gênero é diferença e que a diferença é estática, bipolar e categorial (Nogueira, 2001b). Perceber o gênero como algo persistente e específico ao longo do ciclo de vida, além de manter a idéia de “essência”, descontextualiza a constituição do sujeito como um ser histórico, datado no tempo e situado no espaço social. Sem dúvida, as questões de gênero como hoje são concebidas e faladas, foram construídas também pelos discursos das ciências. A psicologia não foi exceção, pois ao aderir ao mito da objetividade colocou-se no papel de cronista da realidade, desvinculando-se por muito tempo do compromisso e da responsabilidade que a sua “potente retórica da verdade” exercia e exerce na sociedade (Nogueira, 2001a, p. 142). O pensamento hegemônico desconsiderou a alteridade do sentido de gênero. Siqueira (1997, p. 275) atenta para uma reflexão muito importante no campo da psicologia, ao constatar que “por desconhecimento, superficialismo ou preconceito, a humanidade e os seres humanos, as funções psíquicas e suas etapas evolutivas foram estudadas como se as diferenças de gênero não existissem, ou melhor, como se existisse apenas um gênero, o masculino”.

Famílias populares e chefias femininas

O estudo de formas familiares que se diferenciam daquela considerada dominante (padrão nuclear burguês), principalmente nas sociedades ocidentais complexas, apresenta-se como um especial desafio. Ao contrário do que possa parecer aos que associam o conceito de família a valores eternos, atemporais e imutáveis, a universalidade desta – uma vez que parece não existir cultura que não tenha alguma forma de família reconhecida e legitimada socialmente – não se trata de algo “natural”, mas inerente à ordem cultural e simbólica que homens e mulheres instauram sobre a natureza. A família, tal qual se concebe hoje, firma-se como uma superação da família biológica – macho/fêmea/crias – pois é uma construção social, em que seus membros mostram-se unidos por uma complexa e precisa rede de direitos e proibições sexuais, de direitos e obrigações econômicas e, mais modernamente, por laços afetivos comumente acompanhados por laços religiosos e legais (Coutinho, 1994). Historiadores sociais e estudiosos contemporâneos das ciências sociais e humanas⁵ demonstram que o modelo familiar moderno – apesar de sua grande influência como ideal – é uma construção histórica e necessita ser revisitado, pois afetou a vida familiar, sua organização, as relações conjugais e concepções como as de “papéis sociais” nas diferentes camadas sociais. Torna-se importante ressaltar que a maioria dos estudos sobre organizações familiares foi realizada tendo como parâmetro o que se convencionou chamar de “modelo hegemônico”, e, portanto, sobre valores dominantes de uma classe também dominante. Somente em anos recentes, pesquisadores assumem trabalhar com a hipótese de modelos familiares distintos para as diferentes classes, considerando que a família popular, como salienta Fonseca (1995a), longe de ser uma antecedente à família moderna, consolidou-se na trama histórica simultaneamente a ela. Sob este enfoque, tem-se o estudo de dinâmicas familiares alternativas, multiplicando as possíveis “variantes” familiares, que poderá dar conta de questões relativas à família na complexa sociedade na qual estamos inseridos. Sendo assim, outros formatos da família contemporânea somente podem ser reconhecidos de forma mais profunda através de resultados de pesquisas específicas, principalmente ao considerar que no espaço urbano presencia-se a convivência de diferentes códigos culturais, os quais irão caracterizar as múltiplas inserções que uma sociedade complexa e heterogênea apresenta (Heilborn, 1998b). Análises antropológicas realizadas sobre segmentos de camadas médias⁶ salientam que mudanças nos valores relativos à família englobam significativas alterações nos laços conjugais e nas relações familiares. Estas alterações seriam expressivas de uma ideologia igualitarista que, opondo-se a certo caráter tradicional, vem crescendo no país. Para Heilborn (1998b), os traços que caracterizam tal ideário estão explicitados na contestação das distinções de gênero na conformação da dinâ-

mica conjugal, na aceitação do divórcio, na possibilidade de um livre exercício da sexualidade para os dois sexos fora dos padrões de uma relação estável, nos múltiplos arranjos conjugais e, também, na possibilidade da maternidade fora do casamento. O sistema de valores gira, portanto, em torno de conceitos individualistas. Na perspectiva adotada por esta autora, os processos de constituição do sujeito – de sua visão de mundo e ethos – são diferentes nas duas culturas (camadas populares e camadas médias), originando formas específicas de modelação da subjetividade. Assim, o valor da família nas camadas populares ganha ênfase no que se refere à prevalência do grupo sobre o indivíduo na constituição de suas identidades. Nesta mesma linha de pensamento, Duarte (1986) afirma que a configuração dos valores dos grupos populares pode ser resumida em três pilares: família, trabalho e localidade. Heilborn (1998) complementa que o modelo dos segmentos de camadas médias tem, por sua vez, no indivíduo, na sociabilidade e na ocupação, o eixo de estruturação dos sujeitos sociais. Além deste aspecto, salienta que a cultura dos grupos populares não se encontraria como um conjunto separado da modernidade, tendo em vista que estes estão de modo bastante intenso expostos à presença de um sistema cultural hegemônico, representado pela ideologia individualista não só nas organizações familiares, mas também presente no ordenamento político-jurídico da nação.

As crescentes visibilidade e legitimidade do fenômeno da chefia de núcleos domésticos/familiares por mulheres demandam que este seja encarado como fruto de vários fatores. Macedo (2001) aponta que um dos primeiros aspectos a ser considerado ao estudar este fenômeno, é o reconhecimento da persistência e da força das ideologias familistas na formação de nossa visão de mundo. Esta nos leva inexoravelmente a pensar em uma noção dominante de divisão de “papéis” como a de chefia/provisão da família e a administração doméstica, imbricada à própria forma socialmente instituída de divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, o que remeteria, conseqüentemente, às ideologias de gênero. Adotar esta perspectiva representa um esforço de pensar os sujeitos situados social e historicamente, considerando, assim, que não existe uma mulher chefe de família “genérica”. Há que se romper com a tentação de enxergar alguma fixidez nas dimensões sociais, pois elas se realizam em contextos de plena relacionalidade, na dinâmica da múltipla pertinência de categorias. Este entrecruzamento de dimensões e categorias é o que pode possibilitar a criação de espaços para o surgimento de outras e novas lógicas, e até mesmo de proporcionar a convivência de ambigüidades e contradições nas diferentes trajetórias de vida, tornando o sujeito capaz de exercer transformações no seu cotidiano e por ele ser transformado. Ao pensar a mulher localizada na posição de chefe de família, deve-se ter em mente que esta localização já parte de uma determinada discursividade. Esta posição é marcada, então, por

um discurso social que, entre outras questões, aponta também para as possibilidades de construção de subjetividades femininas. Tal discurso, tomado muitas vezes como “natural”, desempenha um importante papel na construção das subjetividades das mulheres, e conseqüentemente, tem força para mantê-las em uma posição de subordinação (Coutinho, 1994).

Método

Utilizou-se neste trabalho de pesquisa qualitativa, conforme Freitas (2002), uma forma de se fazer ciência que envolvesse não só a arte da descrição, mas que esta fosse completada pela possibilidade de interpretação. O foco centrou-se no processo de como os sentidos se constituem, considerando que estes não estão fixos, postos, mas tomam forma no próprio ato do discurso nas entrevistas. Entender, através da constituição dos sentidos de gênero, o próprio processo de constituição da subjetividade. A definição e delimitação dos sujeitos fundamentaram-se, entre outros aspectos, na crescente visibilidade do fenômeno de famílias chefiadas por mulheres, conforme indicam os dados estatísticos oficiais. Como sujeitos de pesquisa foram selecionadas três mulheres chefes de famílias moradoras de um bairro popular, de uma cidade litorânea do sul do país. Foram realizadas cinco visitas ao campo do tipo observação participante antes de serem definidos os sujeitos de pesquisa e a efetivação das entrevistas propriamente ditas. Para o resgate das narrativas, foram utilizados os depoimentos, sob a forma de entrevistas recorrentes e em profundidade, com o auxílio de um breve roteiro de entrevistas, sendo este esquemático e aberto, servindo apenas como proposta de tópicos que motivassem a fala das entrevistadas. As entrevistas foram realizadas individualmente, gravadas (com a autorização das informantes) e transcritas logo após a sua efetivação. O número de entrevistas dependeu da coleta de informações, do teor do relato e do objetivo a ser alcançado.

Resultados e Discussão

Revelando os sujeitos da pesquisa

Laura, Mirtes e Maria (nomes fictícios) moram no mesmo bairro há aproximadamente cinco anos. Todas elas, assim como grande parte dos moradores não só do bairro, mas do município pesquisado, migraram de suas cidades de origem para lá. Três mulheres singulares que tomaram uma iniciativa: a de romper com a união conjugal, cada uma do seu modo, no seu tempo de conjugalidade e motivada por conflitos específicos. Todas estão separadas de seus companheiros há pelo menos dois anos. Laura tem vinte e sete anos, e viveu com seu companheiro durante sete anos. Desta união nasceram seus três filhos, os quais moram com ela. Mantém o sustento da casa principalmente com a confecção de encostos de cadeira, feitos artesanais-

mente com fibras de junco e executados em sua própria casa. Além disso, recebe o benefício federal da bolsa-escola dos dois filhos e seu ex-marido ajuda com uma compra mensal de comida. Estudou até a quarta série do ensino fundamental. Mirtes tem trinta e seis anos, e viveu com seu companheiro durante quase quinze anos, sendo que destes, doze anos e quatro meses ele esteve preso. Atualmente mora com seus cinco filhos e com a netinha de pouco mais de um ano. Não tem profissão definida, e atualmente trabalha como zeladora de um edifício. Não frequentou a escola, apenas sabe assinar o nome. Maria tem trinta anos e é a única negra dentre as entrevistadas. Permaneceu casada durante cinco anos, sendo que sua união teve fim com a morte do companheiro, que, após uma briga conjugal, culminou em uma agressão física e ela, ao se defender, deu uma facada em seu abdômen. Desta união, teve três filhos, que moram com ela. Atualmente, seu irmão mais novo também reside na mesma casa. Maria mantém o sustento da família com o recurso da pensão do ex-marido e da bolsa-alimentação de um de seus filhos. Não está trabalhando fora porque não conseguiu vaga na creche para os demais filhos. Coursou apenas a primeira série do ensino fundamental.

Num primeiro e rápido olhar sobre o material pesquisado, algumas coincidências com os dados estatísticos oficiais do IBGE sobre o perfil demográfico das chefias femininas no Brasil prontamente puderam ser constatadas. Por exemplo, pelos dados oficiais, as mulheres chefes de família são cada vez mais jovens: as mulheres entrevistadas têm idade entre 27 e 36 anos. As famílias chefiadas por mulheres sem marido e com filhos são as mais pobres: as entrevistadas vivem cada uma com aproximadamente um salário mínimo e meio, para prover o seu sustento e da família. O grau de analfabetismo é superior ao da população feminina em geral: das três, duas interromperam os estudos logo após concluir o ensino fundamental e uma é analfabeta – apenas assina o seu nome. Não se nega a importância dos dados e estudos de cunho demográfico; entretanto, esta breve introdução ao material e a relação posta com os dados oficiais quer demonstrar que as coincidências encontradas entre os dados nacionais e os dados locais coletados, por si só, não possibilitam a afirmação de que há uma “mulher chefe de família genérica”, capaz de ser descrita por uma lista de características que a defina como tal. O que se pretende é considerar a existência de diferentes trajetórias de vida das quais emergem, ao mesmo tempo, singularidades que as constituem enquanto tais e condições sociais e culturais pertinentes ao contexto histórico que geram e regem determinadas lógicas simbólicas nas quais se encontram inseridas.

Permanências e rupturas: mulheres do seu tempo

As distintas trajetórias de vida das mulheres entrevistadas encontraram pontos em comum, os quais convergem

entre si e podem ser definidos em certo denominador: são mulheres do seu tempo. Mesmo provenientes de diferentes lugares e famílias, estas três mulheres tiveram suas vidas marcadas por deslocamentos geográficos e simbólicos que as colocaram em lugares semelhantes. Um dos primeiros pontos convergentes a ser observado é o de que, aos treze anos de idade, iniciaram no mundo do trabalho ocupando funções de babá e doméstica, estas significadas histórica e socialmente como femininas. Iniciaram suas trajetórias no mundo do trabalho por necessidade e nele se mantiveram até o momento da união conjugal, o que pode evidenciar a estruturação de uma dupla lógica que ao mesmo tempo em que valoriza o trabalho, reafirma o lugar feminino como lugar doméstico, como aquilo que compõe o certo, o justo, o desejado, o esperado (Telles, 1992).

É importante considerar que as ocupações extradomésticas das informantes, quando aconteceram, além de serem funções atribuídas culturalmente às mulheres, se realizaram em outras residências que não as suas. Mesmo que remuneradas e exercidas em um outro espaço, não lhes possibilitaram a real inserção “pública” no mundo do trabalho, reforçando a ocupação feminina circunscrita ao lar. A experiência de um trabalho remunerado e fora do seu âmbito doméstico fica demarcada pela ausência masculina, condição pela qual retornam a exercer funções remuneradas somente após a separação conjugal, demonstrando, desta forma, a permanência ideológica da divisão sexual do trabalho e a difícil possibilidade em romper com esta mesma ordem pelo trabalho.

Estes deslocamentos de posições quanto a se envolver com ocupações extradomésticas, estão largamente “colados” aos sentidos e significações atribuídos e construídos sobre seus “papéis” enquanto mulher e que, no entanto, não dizem respeito apenas ao trabalho. Fazem parte de uma lógica maior, constitutiva, na qual o gênero está incluído. O gênero compreende e abarca o sentimento de “pertença” ao sexo masculino ou feminino (Amâncio, 1994), e é recriado diariamente através da atuação cotidiana e do relato no qual o sujeito narra sua biografia e, neste ato de relatá-la, tenta lhe conferir uma coerência e continuidade. Não se trata, entretanto, de um corpo fixo e acabado de significações e representações acerca de si mesmo que cada sujeito atualiza na prática, e sim, uma construção histórica reajustada ao longo de sua trajetória de vida e de acordo com o contexto em que está inserido e no qual atua (Fuller, 1997).

Apesar do processo de constituição dos sentidos de gênero e da subjetividade que deles deriva tratar-se de um processo que prossegue durante toda a vida, ele se inicia com a apropriação das experiências mais remotas da infância. Esta concepção pode dar suporte a mais um dos pontos convergentes encontrados nas narrativas das entrevistadas: a presença da repetição, nas trajetórias de vida destas mulheres, de histórias familiares vivenciadas

pelas personagens femininas, em especial suas mães e/ou irmãs mais velhas. Há que se questionar aí o peso do modelo do "ser feminino" das famílias de origem, evidenciando um atravessamento intergeracional de discursos que circulam e dos quais o sujeito se apropria e pelos quais se posiciona, num processo identificatório com lugares socialmente instituídos para o feminino aliado à experiência singular no âmbito de sua família de origem. Isto fica explícito, por exemplo, com o relato de Laura: "Era só ela, (a mãe), igual eu!!! Mesma vida, o que ela passou, passou eu!"

Como salienta Fuller (1997), apesar do sentimento de pertença de gênero ser um produto cultural, não se encontra aberto para uma livre escolha em cada sujeito; pelo contrário, as pessoas se vêem "forçadas" a entrar dentro de um esquema normativo do sistema de sexo e gênero de sua cultura. Para melhor explicar como a constituição da subjetividade – através de um processo identificatório e de repetição das posições generificadas – pode adquirir certa estabilidade, a autora faz uso dos conceitos elaborados por Butler (1993) de atuação e repúdio. A atuação é a reiteração "obrigatória" das normas culturais que definem a maneira de ser, atuar e sentir de cada sexo. Esta atuação é o que permite que o sujeito possa "emergir e adquirir substância", dando realidade às identidades de gênero. Já o conceito de repúdio busca dar conta da maneira pelo qual o sentido e a identificação tentam se manter fixos em cada sujeito. O repúdio estaria constituído por um espectro e conteúdos que se definem como "o que se deve ser" (Butler, 1993, in Fuller, 1997, p.19), possibilitando ao sujeito contrastar-se contra algo e assim definir os seus contornos.

A presença do dispositivo da moral sexual conservadora – a qual impulsionou as três entrevistadas à união conjugal – demonstra os contornos que sustentam seus lugares generificados. O forte sentimento de menos-valia diante da perda da virgindade e do fato de ter que casar por estar grávida pôde ser, de alguma forma, amenizado por uma única alternativa: a de concretizar a união conjugal e circunscrever seus "papéis" como esposa e mãe. Desta forma, circunscrevem também a vivência de sua sexualidade ao espaço conjugal. Para as três, o primeiro namorado foi também o primeiro e único parceiro sexual, pai de todos os filhos. Este padrão é também mantido após a separação, pois mesmo desvinculadas de seus companheiros há mais de dois anos, não se envolveram com mais ninguém e, caso esta possibilidade venha a se concretizar, é somente dentro de uma nova relação conjugal estável que será permitido envolver-se com outro homem. Assim, um primeiro operador lógico que estrutura esta classificação é o que concerne à distinção entre vínculo afetivo e sexo. Esta distinção sofre a intervenção de um segundo critério classificatório, o "respeito", que gera uma "apreciação moral que tende a coincidir, grosso modo, com a maneira como eles (homens) avaliam seu comportamento sexual" (Salem, 2004, p.44). Ilustrativa, por exemplo, é a frase

expressada por uma das entrevistadas: "...como diz a minha mãe, se a gente não se dá o respeito, não te respeitam, esse problema eu não tenho..." (Laura).

Neste caso, é esperado das mulheres que detenham maior controle sobre sua sexualidade e assim, distinguiam-se moralmente das "outras" mulheres, sustentando uma lógica masculina baseada na diferença radical entre as sexualidades masculinas e femininas, que é armada numa "natureza" de cada sexo: "ao descontrole masculino corresponderia um maior autocontrole feminino na esfera da sexualidade" (Salem, 2004, p.22). O fato, então, de a mulher possuir um maior domínio sobre sua sexualidade explicaria o estilo peculiar de lidar com a esfera afetivo-sexual. Através, portanto, da apropriação de uma lógica hierárquica que define como devem se comportar enquanto mulheres, é que as entrevistadas também se vêem cultural e moralmente com "olhares masculinos", pois vivem imersas em uma discursividade que regulamenta os comportamentos. Uma vez que vivenciaram até então os "papéis" de esposa e mãe, ou seja, o de "mulher de casa", atribuído e esperado em seus contextos sociais e culturais, é neste lugar que procuram se manter através de seu "recato sexual" e se distinguindo das "outras mulheres" (as da rua) que se comportam de maneira diferente e inapropriada moralmente. É de uma posição de exterioridade que falam enquanto mulheres, situando as posições de gênero identificadas com o masculino, ou seja, a partir de uma posição feminina tradicional. Posição identificada, desta forma, com um construto histórico proveniente, em grande parte, da exaltação do amor romântico e de suas derivações, entre elas a idealização da mãe e da moderna construção da maternidade como valor, bem como do confinamento da sexualidade feminina ao casamento como um importante símbolo da mulher "respeitável" (Giddens, 1993). Para não haver o risco do "mau-exemplo", seja para seus filhos ou perante a comunidade, se privam da possibilidade de exercer a sexualidade, já que o seu livre exercício é coisa de "mulher safada". Para Coutinho (1994), esta "passividade erótica" da mulher no âmbito da conjugalidade é resultado – entre outros aspectos – do corte radical que foi dado entre função maternal ou de reprodução e prazer sexual, através, principalmente, de práticas maternas cada vez mais intensas e abrangentes. Algumas das narrativas das entrevistadas são ilustrativas:

...a mulher ganha nota em tudo, solta do marido e não cai no mundo, cai nas vagabunda é ele, luta pelos filho, né?

...essas mulhé são tudo sem-vergonha, não é verdade? As menina solteira tem que achá rapais para casá... não home casado...

Eu penso assim, se eu conheço uma pessoa hoje, pode dar certo um ou dois meses, e daí nós tamo brigando tudo de novo, e daí eu tô separada de volta. Então não adianta, então eu vou esperá, se for pra aparecê

alguém assim pra ficá pro resto da vida, tudo bem, daí eu podia ficá... (Laura)

É difícil, né... Pra suportá meus filho, porque é difícil, né... (Mirtes)

Não... Porque eles são pequeno, então não dá... Porque eu esperá meus filho dormi para saí de tarde, saí sozinha, eu prefiro não saí. Daí eu fico! (Maria)

Mesmo historicamente existindo notadas e significativas mudanças quanto à posição feminina na cotidianidade, ainda há a permanência de uma normatividade conservadora. Diferentemente do proposto por Bilac (1995) em seu estudo, estas mulheres colocam em evidência, sim, a centralidade na relação mãe – filhos, porém, não há a “sequência de monogamia” por parte das mulheres para que retorne ao lar a figura do homem provedor. A centralidade na relação mãe – filhos é evidenciada nas narrativas das entrevistadas pelo grande valor atribuído à maternidade por todas elas.

E eu luto por eles! (filhos).

Tem só o exemplo que eu tô dando pra eles, né, a mulher que eu sou, sem o pai deles aqui, né, como se diz assim, né, é um ano, dois ano sozinha, aqui, lutando desse jeito, é vida, né, pra gente vive sozinha. (Laura)

Ah, eu nem penso nisso, eu penso mesmo é em poder criá meus filho, trabalhá e só. (Maria)

O amor materno, instituído historicamente como valor, ancorou-se como “origem” e o ponto fundamental da criação do espaço sentimentalizado do lar. Passaram a ser demarcadas para as mulheres certas características e capacidades especificamente femininas, atribuindo ao sentimento materno um caráter “inato” e, portanto, compartilhado por todas elas. É assim que características biológicas – a maternidade inscrita no corpo feminino – passam a assumir um significado social. Ela se transforma em um “ser para os outros” (Coutinho, 1994). Este se torna o sentido maior de ser mulher, neste caso, um certo “sujeito-mulher” fica secundário em relação a um “sujeito-mãe”. Adquirem respeitabilidade perante a comunidade e seus pares/familiares posicionando a vivência da conjugalidade como aquela que lhes possibilitou estarem hoje neste lugar – o da maternidade –, sendo que desta experiência são os filhos unicamente o que lhes restou “de bom”.

De bom... tô meus três filho é o que tem de bom... Coisa de bom que eu tenho é meus filho! Eles me incomodam um monte! Mas Deus me livre, ficá sem um deles... Coisa de bom que eu tenho é eles, a única coisa que eu tenho... (Maria)

Eu tô com 36 ano, mais eu tinha vontade de voltá a estudá, mais daí eu penso nas pequena, né, e a responsabilidade tá mais na criação...

Apareceu um serviço lá em Curitiba, mais eu não quero i pra lá, como é que eu vou largá meus filho aqui.

Lá não tem creche, não tem nada, não posso i. Minha família qué que eu vá, mas eu disse, quem vai cuidá de meus filho de graça, e onde eu vou morá?... (Mirtes)

Eu me sinto uma mulher assim que... a gente é mais valorizada, a gente sabe que eles tão crescendo e tão tendo educação é porque eu tô dando!

Eu acho que as pessoa também pensam, pô, aquela mulhé que a gente pensava que era uma louca, o marido saiu de casa depois ia ficá igual uma doida aí, tinha que cuidá dessas criança, tá aí, é uma mulher; né, batalhadora, tá criando os filho sozinha, né? (Laura)

Acolhendo os sentidos de gênero ancorados na posição da maternidade, estas mulheres os constroem e conduzem suas subjetividades generificadas no “ser mãe”. Isto põe à mostra aquilo a que Fuller (1997) se refere como a contradição entre a arbitrariedade cultural do gênero e a sua qualidade fixa e não aberta à eleição pessoal. Repetindo as normas sociais, os sujeitos concedem realidade às subjetividades generificadas prescritas provenientes da atuação e do repúdio. O que permitirá ao sujeito emergir e adquirir substância será o repúdio àquilo que “não se deve ser” – no caso, uma mulher imoral sexualmente – e a atuação como mãe, mesmo que não mais esposa. Uma vez que estas normas não são meras invenções ou obras do sujeito, este atualiza definições pré-existent e emerge ao encontro de discursos pré-construídos. Desta forma, define seus contornos de gênero na maternidade, pois este é um valor histórico e cultural incontestável, proporcionando a si uma posição social de aceitação e respeitabilidade.

Apesar da presença de uma normatividade conservadora no conjunto das entrevistas, estas mulheres revelaram uma faceta diferenciada de seu “lôcus feminino”: ao contrário do que se poderiam esperar, elas não foram “abandonadas” por seus companheiros, e sim, foi delas a decisão da separação. Rompendo com a união conjugal, assumem uma posição ativa diante da esfera da família e perante a comunidade. Ao tomarem para si o comando de suas famílias enquanto “chefes”, quebram com a permanência, mesmo que temporária, da clássica divisão de “papéis” que delega ao homem a função de provedor e à mulher a de dependência e subjugação ao homem e ao lar. Mesmo presumindo certo consentimento por parte destas mulheres em ser alocada/se alocar na posição maternal apresentada (Roucco, 1999), pode-se pressupor também a possibilidade de rompimentos, de resistências, de redefinição de critérios, pois o cotidiano é permeado por pequenas rupturas expressas nas ações dos sujeitos. Remeter à idéia de ruptura implica considerar que se rompe com algo, neste caso, com uma determinada ordem simbólica historicamente instituída sobre os gêneros. Ao pressupor rompimento, há que se considerar também a existência de um outro dispositivo, o poder⁷, ou melhor, a existência de relações de poder permeando as diferentes formas de relações sociais, em especial, as relações de gênero. Em suas

discussões sobre a mulher brasileira e as relações familiares, Coutinho (1994) já alerta para as questões dos micropoderes exercidos no cotidiano e formas de resistências femininas, ao afirmar que “nem vítimas nem algozes, acreditamos que as mulheres ao longo dos anos foram tecendo modos de resistência a esta opressão masculina, formas de exercer certo controle sobre suas vidas a despeito de uma situação social tão adversa” (p.19). Assim, ao romperem com a união conjugal, cada uma a seu modo e no seu tempo, estas mulheres expressaram uma possibilidade outra de conduzirem as suas vidas. Mesmo demonstrando no discurso a presença de diferenças entre homens e mulheres, há também o reconhecimento de relações e posições de poder diferenciadas para homens e mulheres. Desta forma, com o rompimento, criam, mesmo sem atentar criticamente para isto, novos contextos de experiências em suas trajetórias, os quais possibilitam que a tradicional hierarquia entre homens e mulheres possa ser vista – e vivida – como derivada de uma situação circunstancial, e não mais como algo estável ou fixo.

Considerações Finais

A partir do que foi exposto, pode-se concluir que não há, entretanto, nenhuma idealização em estar situada neste lugar de “chefe de família”. As dificuldades e os desafios cotidianos são muitos. Porém, a experiência de tocar suas vidas desde um outro lugar, até então “desconhecido” e inviabilizado – sejam por questões subjetivas singulares, circunstanciais, bem como por imposições sociais – promoveu a apropriação de outros saberes, outras significações, conforme o relato das entrevistadas.

Eu toda vida trabalhei, acho que me acostumei, eu acho que se um dia achá uma pessoa, eu acho que vai ser muito difícil de a pessoa me dizê, não, agora eu vô trabalhá e você vai cuidá da casa, acho que eu não vou me acostumar... (Mirtes).

Essa parte já é uma experiência que eu já vi o que é vivê sozinha, e também já sei o que é vivê com home! A gente sabe como é e como não é! Então tem as duas experiência! Porque as pessoa falavam assim, pensa bem, Laura, se tá ruim com marido, pior sem ele! Falavam assim, eu pensava, será? Vou tentar pra ver! E não é um bicho de sete cabeças!

Ah, eu acho bom, menina, eu acho bom porque a gente se torna dona de si, porque um homem dentro de casa ele domina tudo! Deixa que eu vou porque eu tenho mais, deixa que eu pego porque... tem aquela coisa de não se senti capais, então você vai fazê e vê que é capais de fazê igual ou até melhor que ele, sente que é capais sozinha! (Laura)

Mais, eu não quero! Decidi as coisa sozinha, não é nem que eu goste, mais já to acostumada a decidi sozinha... Eu gosto, sei lá, não é que eu gosto... eu acostumei e acho que até gosto... Não tê mais de noite ninguém incomodando... (Maria)

As experiências proporcionadas pela conjugalidade, em especial a da separação e o processo posterior de se constituir “mulher chefe de família”, criaram um novo patamar de expectativas e possibilidades futuras, ao mesmo tempo em que, ainda no presente, novas estratégias de ação já estão sendo articuladas. As formas como lidam com as tarefas que o cotidiano lhes impõe, traduzem uma articulação diferenciada daquela vivenciada até então. Este caráter transformador da experiência vivida corrobora a idéia sustentada da capacidade do sujeito em ser, ao mesmo tempo, produto e produtor de sua história; que ao se apropriar ativamente dos construtos simbólicos, é capaz de executar pequenas – porém importantes – rupturas e transformações na construção de seus sentidos sobre si e sobre o mundo, operando, assim, também pequenas, singulares – mas igualmente importantes – e muitas vezes anônimas transformações nos padrões culturais vigentes. É, portanto, pela possibilidade de não se deixar capturar pelos discursos instituídos que se pode assumir a capacidade de agir sobre estes mesmos discursos, ainda que as opções sejam muito limitadas a um campo circunscrito de atuação. Ao revelar o desejo de trabalhar para manter a si e aos filhos, não vinculando esta experiência à necessidade de depender de um outro homem/marido, assim como no desejo expresso em retornar aos estudos – não só como uma forma de se capacitar para o trabalho, mas de se realizar pessoalmente – estas mulheres revelam que outras possibilidades de sentidos de gênero podem ser delineadas a partir, principalmente, de suas experiências.

Notas

1. Joan Scott (1990) define o conceito de gênero enquanto uma categoria útil de análise histórica.
2. O conceito de “popular” conforme Fonseca (1995b) “... designa um recorte analítico que enfoca grupos de baixa renda. O conceito, tal como o empregamos, não implica nem homogeneidade nem isolamento dos sistemas simbólicos deste universo social” (Fonseca, 1995b, p.15).
3. Ela pode referir-se a: “uma mulher solteira, separada ou viúva, com filhos, tendo ou não parentes e/ou agregados; mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos morando em casa, ou porque não os teve, ou porque, adultos, já saíram de casa ou já faleceram, tendo ou não parentes e/ou agregados vivendo no domicílio; mulher solteira, separada ou viúva, morando sozinha, ou mulher casada chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro morando em casa” (Berquó, 2002, p.246).
4. É importante salientar que, embora o conceito de “papel social” seja um conceito funcionalista, esteja sendo relativizado e até mesmo abandonado por importantes vertentes teóricas, ele ainda marca os estudos de gênero e o cotidiano das pessoas. O gênero enquanto categoria analítica tem origem justamente na tentativa de dissolver qualquer vinculação linear com a designação “natural” de funções e papéis sexuais e/ou sociais, pois gênero não diz respeito à função, e, portanto, não remete à atribuição de papéis masculinos ou femininos. Porém, o que se percebeu no decorrer da pesquisa é que o conceito de “papel” ainda é referendado em alguns estudos e utilizado enquanto matriz no cotidiano, como

uma consideração por parte dos sujeitos de características e comportamentos que entendam como adequados ao lugar definido socialmente para sua categoria sexual, elucidando assim, a permanência de uma lógica normativa mesmo com os avanços teóricos. A partir destas considerações, toda vez que o termo “papel” aparecer no corpo deste trabalho, estará entre aspas e deverá ser considerado como uma forma de atentar criticamente para a importância em desnaturalizar e desvincular funções sexuais e/ou sociais das categorias “homem” e “mulher”, acentuando o caráter cultural e histórico na sua constituição. O que se procura sustentar na análise deste trabalho são posições generificadas dos sujeitos contemporâneos.

5. Ver, entre outros, trabalhos de Ariés (1981), Macfarlane (1990), Paterman (1993), Senett (1988), D’Incao (1997), Priore (1997).
6. Salem, 1989.
7. O conceito de poder utilizado para esta reflexão é proveniente dos pressupostos foucaultianos: “(...) não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social, e como tal, constituída historicamente” (Machado, R. (org). 1979/2004, p. X). “Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona” (i.d. p. XIV).

Referências

- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino. A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.
- Ariés, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC.
- Berquó, E. (2002). Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: Bruschini, C. & Unbehaun, S. (Eds.). *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, p. 243-265.
- Bilac, E. (1995). Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil: notas muito preliminares. In: Ribeiro, I. & Ribeiro, A.C. (Eds.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais da sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, p. 43-61.
- Coutinho, M.L.R. (1994). *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco.
- D’Incao, M. (1997). Mulher e família burguesa. In: Mari del Priore (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.
- Duarte, L.F. (1986). *Da vida nervosa das classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Fonseca, C. (1989). *A história social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar*. BIB (ANPOCS) 27:51-73.
- Fonseca, C. (1995a). *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez.
- Fonseca, C. (1995b) Amor e família: vacas sagradas de nossa época. In: Ribeiro, I. & Ribeiro, A.C. (Eds.) *Família em processos contemporâneos: inovações culturais da sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola.
- Freitas, M. (2002). A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, 116, 21-39.
- Fuller, N. (1997). *Identities masculinas*. Quito: Pontificia Universidad Católica Del Peru, Fondo Editorial.
- Giddens, A. (1992). A transformação da intimidade. Araraquara: UNESP.
- Heilborn, M.L. (1998a). Gênero: um olhar estruturalista. In: Pedro, J. et al. (Eds.) *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Mulheres, p. 39-56.
- Heilborn, M.L. (1998b). Gravidez na adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social. In: Vieira, M. et. al. (Eds.), *Seminário Gravidez na Adolescência, Projeto de estudos da Mulher, Associação Saúde da Família* (pp. 23-32). Rio de Janeiro: Associação Saúde da Família.
- Macedo, M.S. (2001). Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: Bruschini, C. & Pinto, C.R. (Eds.) *Tempos e Lugares de Gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 57-70.
- Macfarlane, A. (1990) *História do casamento e do amor*. São Paulo: Contexto.
- Nogueira, C. (2001a). Contribuições do construcionismo social: a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 112, 137-153.
- Nogueira, C. (2001b). Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 13(1), 107-128.
- Paterman, C. (1993). *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Priore, M. (1997) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.
- Roucco, J. (1999) Sexualidade e mudanças de comportamentos: uma estratégia lúdica de prevenção da Aids. In: Heilborn, M.L. (Ed.) *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 175-199.
- Salem, T. (1989) Casal igualitário: princípios e impasses. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 03 (9).
- Salem, T. (2004). “Homem... já viu, né?”: representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In: Heilborn, M.L. (Ed.) *Família e Sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, p. 15-61.
- Scott, J. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Sociedade*, 16(2), 5-22.
- Senet, R. (1988). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Siqueira, M.J.T. (1997). A(s) Psicologia(s) e a categoria gênero: anotações para discussão. In: Zanella, A. (Ed.) *Psicologia e práticas sociais*. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, p. 5-14.
- Telles, V.S. (1992). A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. *Tempo Social*, 4(1-2), 53-93.
- Velho, Gilberto (1996) Violência, reciprocidade e igualdade: uma perspectiva antropológica. In: G. Velho e M. Alvito (orgs.) *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

Raquel Jaqueline Freiburger Testoni é Mestre em Psicologia pela UFSC. Endereço: Rua 3800, 184, Edifício Praia Bella, Centro. Balneário Camboriú, SC, 88330 000.

raquelft@melim.com.br

Maria Juracy Filgueiras Tonelli é Professora do Departamento de Psicologia, do Pós-graduação em Psicologia, Diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Este artigo é parte de dissertação de mestrado apresentada como requisito para conclusão de pós-graduação em Psicologia – Mestrado, na linha Práticas Sociais e Constituição do Sujeito, do Departamento de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Parte desta dissertação também foi apresentada no VI Encontro Internacional "Fazendo Gênero", realizado em agosto de 2004, na Universidade Federal de Santa Catarina, nas comunicações orais de pesquisa, com publicação apenas de resumo.

Permanências e rupturas: sentidos de gênero em mulheres chefes de família

Raquel Jaqueline Freiburger Testoni e Maria Juracy Filgueiras Tonelli

Recebido: 10/10/2005

Aceite final: 15/02/2006